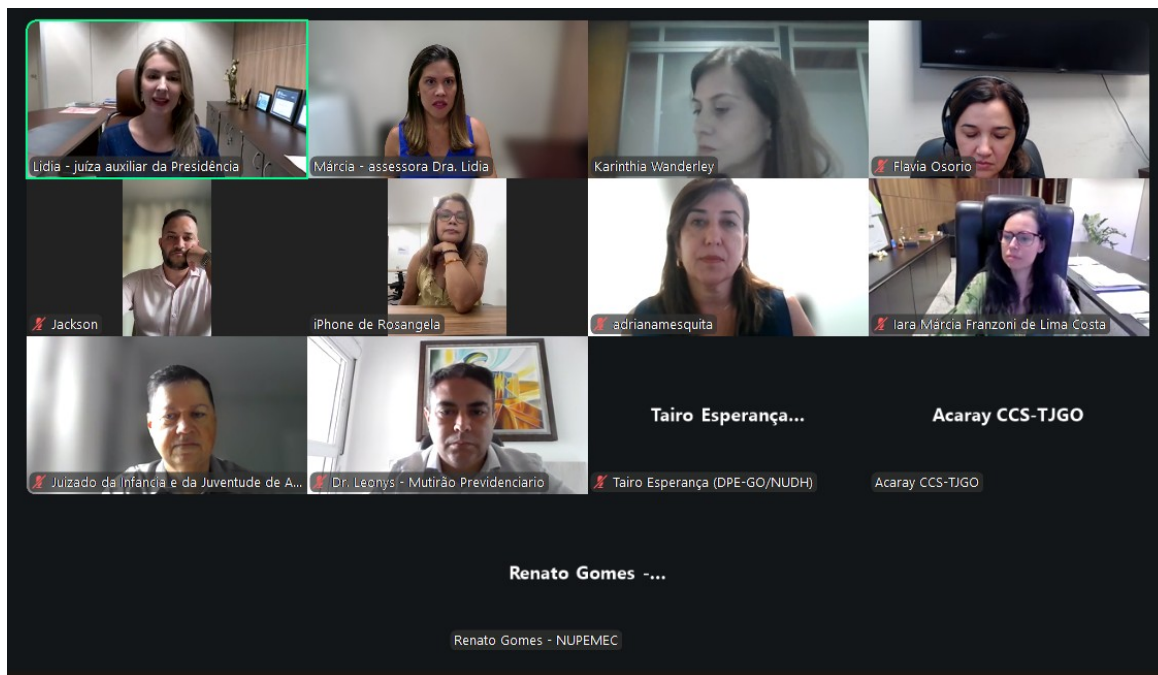


**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Comitê Multinível, Multissetorial e Interinstitucional para a promoção de Políticas Públicas Judiciais de Atenção às Pessoas Idosas

DATA E HORÁRIO:	29 de outubro de 2025
LOCAL:	Videoconferência por meio do aplicativo Zoom
REUNIÃO CONDUZIDA POR:	Juíza Auxiliar da Presidência – Lidia de Assis e Souza
TEMA DA REUNIÃO:	Comitê multinível, multissetorial e interinstitucional para a promoção de políticas públicas judiciais de atenção Às pessoas idosas
PROAD	202504000631870
PARTICIPANTES:	Dra. Iara Márcia Franzoni de Lima Costa, Juíza Substituta em 2º Grau; Dr. Carlos José Limongi Sterse, Juiz de Direito; Dr. Leonys Lopes Campos da Silva, Juiz de Direito-Coordenador do NUPEMEC; Karinthia Wanderley, servidora do Centro de Comunicação Social; Jackson e Sousa Santos e Renato Gomes, servidores do NUPEMEC; Flávia Osório, servidora da EJUG, representando a Eunice; Rosângela Aparecida Lima, assistente social da DIF; Márcia Regina, assessora da Dra. Lidia; e Dr. Tairo Batista Esperança, Defensor Público.
SECRETÁRIA:	Adriana Mesquita
ABERTURA: Aberta a reunião, a Juíza Auxiliar da Presidência, Lidia de Assis e Souza, agradeceu a presença e deu início aos trabalhos.	

REGISTRO DA REUNIÃO:



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Comitê Multinível, Multissetorial e Interinstitucional para a promoção de Políticas Públicas Judiciais de Atenção às Pessoas Idosas

DISCUSSÕES:

1. A reunião foi aberta pela Dra. Lídia, que deu boas-vindas aos presentes e registrou o reconhecimento conferido ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás com o Prêmio “Tribunal Amigo da Pessoa Idosa”, enfatizando a relevância do trabalho desenvolvido pelo Comitê e o esforço conjunto de todos os integrantes;

2. Na sequência, o Dr. Leonys relatou a participação na cerimônia de premiação, destacando que o TJGO conquistou o segundo lugar entre 25 tribunais participantes, abrangendo as Justiças Estadual, Federal, do Trabalho e Eleitoral. Informou que o resultado foi recebido com grande satisfação e que o conselheiro responsável enalteceu o pioneirismo do Tribunal e a atuação inovadora do Comitê. Dentre as ações apresentadas, mencionou a Central de Atendimento à Pessoa Idosa (CAPI), o Sistema da Corregedoria, e o Painel de Monitoramento das Demandas Judiciais, ferramentas que vêm gerando resultados expressivos;

3. O servidor Renato apresentou o relatório do evento Mais Justiça – Edição Pessoa Idosa, realizado em Cavalcante (GO), que contou com a participação de aproximadamente 200 a 250 idosos. Informou que foram realizados 273 atendimentos, com apoio de diversas instituições parceiras, destacando-se a CAPI, o Ministério Público e o SESC. Relatou que um processo de divórcio pendente há 15 anos foi concluído durante a ação e sugeriu que as próximas edições sejam realizadas em meio período, considerando o costume local de início das atividades pela manhã. Ressaltou, ainda, a importância da presença da Defensoria Pública nas futuras edições, o que foi acolhido pela Dra. Lídia e reafirmado pelo Dr. Tairo, que elogiou o trabalho desenvolvido e reiterou o compromisso da instituição com as próximas iniciativas;

4. Em seguida, a servidora Maria Nilva compartilhou relatos colhidos durante a Semana da Presidência em Cavalcante, destacando casos de violência patrimonial contra pessoas idosas, especialmente relacionados a práticas abusivas em estabelecimentos comerciais. Mencionou, também, o caso de uma idosa abandonada pelo filho, que utilizava indevidamente seu cartão bancário. Relatou que a situação foi encaminhada ao Ministério Público e reforçou a necessidade de acompanhamento contínuo do tema. A Dra. Lídia reconheceu a gravidade dos relatos e informou que o assunto também foi discutido durante o projeto Mais Justiça – Pessoa Idosa, com atenção do Ministério Público e da Delegacia local;

5. Foram apresentados, ainda, os resultados da campanha de arrecadação de mantimentos e materiais de higiene em benefício do Lar dos Idosos de Cavalcante, realizada pela Diretoria de Foro da Comarca de Goiânia em parceria com magistrados da área criminal da Comarca de Goiânia. As doações foram entregues no Lar com a presença da Sra. Luciene, esposa do Presidente do Tribunal.

6. A servidora Karinthia informou que o vídeo de divulgação da nova campanha de arrecadação, com prazo prorrogado até 17 de novembro, estava em fase final de produção, com previsão de lançamento em 7 de novembro;



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Comitê Multinível, Multissetorial e Interinstitucional para a promoção de Políticas Públicas Judiciais de Atenção às Pessoas Idosas

8. O Dr. Carlos propôs a expansão da campanha para a Comarca de Anápolis, colocando-se à disposição para contatar a Diretoria do Foro local. A proposta foi acolhida por todos. Ficou deliberado que, em Goiânia, a campanha continuará voltada à arrecadação de itens de higiene pessoal e roupas de cama, e em Anápolis, à coleta de alimentos. A servidora Márcia sugeriu a possibilidade de troca solidária de materiais entre as cidades, conforme o volume arrecadado, proposta aprovada por unanimidade. O Dr. Leonys sugeriu que a campanha seja posteriormente ampliada para abrangência estadual, com o apoio dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania Regionais – CEJUSCs Regionais, ficando o NUPEMEC encarregado de apresentar, na próxima reunião, um plano para a Campanha de expansão;

9. Também foi deliberada a realização de visitas mensais a instituições de acolhimento, com palestras, rodas de conversa, aferição de pressão e glicemia, e atendimentos pela CAP. As atividades serão iniciadas em Goiânia, com cronograma a ser elaborado pela CAPI, e contarão com apoio da Divisão Interprofissional Forense e do Centro de Saúde;

10. A Dra. Iara sugeriu a produção de vídeos educativos curtos sobre temas como golpes financeiros, violência patrimonial e canais de denúncia, proposta reforçada pelo Dr. Leonys, que indicou o formato em “pílulas de conteúdo”. Ficou definido que a produção será coordenada pelo Centro de Comunicação Social e CAPI. Também foi aprovada a realização de mutirões temáticos do projeto Mais Justiça – Pessoa Idosa em fevereiro de 2026;

11. Foi aprovada a proposta de criação de um grupo de trabalho conjunto com o Comitê de Acesso à Justiça, para estruturar os mutirões voltados à pessoa idosa, a partir dos dados contidos no Painel Gerencial BI. A Dra. Lídia determinou a abertura de PROAD para instituir o grupo e iniciar os trabalhos;

12. O Dr. Leonys propôs a expansão da CAPI aos regionais, reforçou o compromisso do NUPEMEC em apoiar a iniciativa, de forma descentralizada, com a colaboração dos diretores de foro e demais parceiros. A proposta foi acolhida pelo Comitê, devendo ser submetida à apreciação do Dr. Reinaldo de Oliveira Dutra, Juiz Auxiliar com atribuição no NUPEMEC;

13. Destacou-se a importância de promover capacitação e oficinas temáticas sobre “Benefícios sociais”, “Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” e “Superendividamento”, como forma de aprimorar o atendimento prestado pelos magistrados, servidores e parceiros institucionais, além de favorecer a integração entre os órgãos do Sistema de Justiça e a rede de proteção social.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Comitê Multinível, Multissetorial e Interinstitucional para a promoção de Políticas Públicas Judiciais de Atenção às Pessoas Idosas

14. Ficou, por fim, definido que a próxima reunião será realizada no final de novembro, oportunidade em que será apresentado o plano da campanha estadual e os encaminhamentos sobre as ações conjuntas e vídeos educativos.

DELIBERAÇÕES:

1. Adriana foi designada para levar a proposta ao Dr. Felipe, Juiz Coordenador da Justiça Itinerante e integrante do Comitê de Acesso à Justiça, a fim de alinhar as ações e verificar a viabilidade de atuação conjunta;

2. O NUPMEC deve: a) elaborar o plano de expansão da CAPI para os CEJUSCs Regionais e submeter a apreciação do Dr. Reinaldo; b) apresentar cronograma das visitas mensais às casas que prestam atendimento às pessoas idosas; c) apresentar plano de expansão da campanha de arrecadação para as Comarcas do interior; compor grupo de trabalho para tratar dos atendimentos itinerantes/mutirões;

3. Dra. Lidia, na condição de coordenadora do Comitê, instaurará um PROAD solicitando à EJUG que realize estudos acerca da viabilidade de realizar capacitação e oficinas temáticas sobre “Benefícios sociais”, “Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” e “Superendividamento”, a partir do ano de 2026 e outro sugerindo a criação do grupo de trabalho com a participação do Comitê de Acesso à Justiça para viabilizar a realização de mutirões e atendimentos itinerantes às pessoas idosas.

CONCLUSÃO: Finalmente, nada mais havendo a expor, a Juíza Auxiliar da Presidência, Lidia de Assis e Souza, agradeceu a presença de todos e eu, Adriana Mesquita lavei a presente ata, que lida e achada conforme, segue assinada.

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 116816230706 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202504000631870 (Evento nº 15)

MARCIA REGINA BEZERRA DE SOUZA

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDENCIA - LIDIA DE ASSIS E SOUZA

Assinatura CONFIRMADA em 14/11/2025 às 13:15

LIDIA DE ASSIS E SOUZA

JUIZ DE DIREITO

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDENCIA - LIDIA DE ASSIS E SOUZA

Assinatura CONFIRMADA em 14/11/2025 às 15:20

ADRIANA MESQUITA

COORDENADOR(A)

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO - DPI

Assinatura CONFIRMADA em 14/11/2025 às 15:42

